

CAPÍTULO 11

Epílogo:
a chegada da independência

Nos capítulos anteriores estivemos muito atentos à historiografia básica, mas sentimos que o objetivo deste livro excluía extensas discussões historiográficas. No entanto, ao nos aproximarmos do período da independência, devemos falar um pouco das fontes e da literatura histórica, porque eles iluminam e quase sempre determinam nosso procedimento. Muitas vezes já se disse corretamente ser artificial a divisão entre os períodos colonial e nacional, principalmente nos campos social, econômico e cultural, onde se concentra tanto interesse acadêmico hoje. Mas no nível das fontes documentais e das abordagens históricas, a independência política da América Latina coincide com algumas lacunas e violentas rupturas que não são facilmente cobertas.

Em todos os lugares onde a luta armada irrompeu na América Latina, a produção de registros foi prejudicada. Mais especificamente, o processo ordenado de enviar petições, demandas, relatórios e outros documentos redigidos em vários locais para depósitos centrais sofreu uma interrupção. Órgãos importantes de conservação de registros, como os tribunais superiores, os escritórios do Tesouro, os secretariados do vice-reino, as guildas de mercadores e os tribunais da Inquisição pararam de funcionar e foram substituídos, depois de um intervalo, por sistemas diferentes de registro ou, quase sempre, por absolutamente nada. Em consequência, vários tipos de investigação histórica têm de ser interrompidos na independência. Estudiosos que fazem um trabalho cuidadoso com os censos minuciosos do final do período dos Bourbons não encontram nada semelhante no início do período nacional. No México, o rico filão de documentos em nauatle das vilas do interior, enviados para a Cidade do México juntamente com processos em julgamento, se extingue inteiramente no início do século XIX.

Em parte por causa da brusca interrupção documental, em parte por causa de interesses divergentes nos dois assuntos, a independência e o período colonial foram estudados principalmente como campos separados por grupos também separados de acadêmicos não muito envolvidos com o trabalho uns dos outros. Como campo de estudo, em geral as obras sobre a independência per-

indep.
da Am.
Latina
coincide
c/violentas
rupturas
Os regis-
tros fo-
ram me-
ndicados
Os do-
cumentos
foram
destruídos
Em parte
pela in-
terrupção
desses
documen-
tos, ou
devida falta de união
entre acadêmicos estudiosos
de colônia e independência.

maneceram num estágio primário, concentradas em acontecimentos militares, indivíduos famosos, política superficial e coisas semelhantes, quase sempre dentro dos limites de uma ou duas das nações latino-americanas. Recentemente, começaram a aparecer alguns estudos mais analíticos e, em certos casos, internacionais, mas são poucos e inevitavelmente baseados em dados incompletos. Alguns pioneiros descobriram que, no caso de várias regiões, os registros mais locais — cartoriais, paroquiais e imobiliários — que, para muitos objetivos, são também os mais informativos, passam pela independência e entram pelo século XIX como se nada tivesse acontecido. Surgiram estudos locais muito estimulantes, baseados nesses registros, tratando não tanto da independência mas da continuidade socioeconômica entre os períodos colonial e nacional. Mas, novamente as obras deste tipo são escassas; em geral, a sociedade do século XIX ainda é muito menos estudada do que a dos séculos anteriores, o que torna difícil ou impossível a comparação. As tradições acadêmicas de análise social, étnica, econômica e institucional no campo colonial parecem estar agora transbordando com mais intensidade para o século XIX, e é provável que o quadro historiográfico mude drasticamente em poucos anos. Entretanto, o melhor caminho, no momento, parece ser a análise ampla e muito resumida dos movimentos de independência e suas conseqüências, na esperança de que, em futuro próximo, um relato realmente integrado do período colonial, da independência e do período nacional se torne mais viável.

AGITAÇÕES PRÉ-INDEPENDÊNCIA

As décadas anteriores à deflagração em grande escala de movimentos de independência na América Latina testemunharam vários tipos de distúrbios e divergências, alguns de natureza muito grave. Até que ponto eram sem precedentes, e em que medida podem ser considerados precursores da independência? A estabilidade global da região durante os séculos coloniais não significou paz e ordem universais; certos tipos de conflito e protesto eram endêmicos, fenômenos padronizados que provocavam reações padronizadas e não representavam uma verdadeira ameaça ao sistema em geral. Na periferia mais distante, as guerras com povos não-sedentários e não conquistados continuaram de forma intermitente durante todo o período, com poucas conseqüências nas áreas mais populosas. Onde quer que os africanos se concentrassem em grande quantidade — no Brasil, nas Antilhas, em torno da costa caribenha — comunidades de negros

fugidos, às vezes predatórias para outros elementos da sociedade, continuavam existindo de alguma forma desde o século XVI. Falamos dos freqüentes levantes limitados e localizados entre índios sedentários, mais bem estudados no caso do México mas, aparentemente, pouco diferentes na região central dos Andes. Em lugares mais isolados, as revoltas de povos bastante sedentários tiveram às vezes um sabor messiânico e se espalharam por uma grande extensão do campo, resultando em muito derramamento de sangue e na organização de vigorosa reação militar por parte das autoridades, como na rebelião de Tzeltal em 1712, na região maia de Chiapas. Grandes desordens urbanas, embora não muito freqüentes, com certeza não eram desconhecidas; nos maiores centros estavam, em geral, relacionadas às más colheitas e, nas vilas mineiras, a mudanças nas condições de trabalho. Nem todos os desentendimentos originavam-se na gente humilde ou em grupos étnicos subalternos. Durante todo o período colonial, principalmente, mas não exclusivamente, nas regiões isoladas, quando eram ameaçados os interesses básicos dos moradores espanhóis locais, eles não hesitavam em depor governadores nomeados pelo rei, rejeitar novos impostos ou expulsar religiosos. Episódios desse tipo se estendem do período da conquista, quando *encomenderos* do Peru depuseram e mataram um vice-rei durante uma grande revolta, até o século XVIII. Um exemplo famoso, o levante dos Comuneros no Paraguai (1732-5) envolveu a expulsão de um governador, a luta com os vizinhos jesuítas e o desafio aberto ao vice-rei do Peru. Na Venezuela, a indignação com o monopólio da Companhia de Caracas sobre a crescente economia exportadora do país resultou numa revolta malograda em 1749.

Com exceção das guerras de fronteira e comunidades de escravos fugidos, que em certo sentido, ficavam completamente fora do sistema, os protestos costumavam ocorrer dentro da estrutura existente, com objetivos específicos e limitados. Os revoltosos em geral punham toda a culpa nos funcionários que os enfrentavam diretamente, proclamando sua lealdade à coroa e à igreja, apelando a autoridades superiores em prol de medidas diferentes e até afirmando que suas exigências representavam a verdadeira vontade do rei. A resposta também costumava ser comedida, com punição severa para apenas um ou dois cabeças; e embora a coroa em princípio nunca permitisse que sua autoridade fosse questionada, concessões substanciais costumavam seguir-se à pacificação — substituição dos funcionários problemáticos, moderação nos novos impostos, e assim por diante.

Em 1780-81, ocorreram na América do Sul espanhola duas sérias manifestações que, embora em escala excepcionalmente grande, tiveram muito em co-

mum com os tipos já tradicionais de desordens administráveis; sem dúvida elas permaneceram vivas na mente da geração que conquistou a independência hispano-americana. Primeiro veio a revolta de Tupac Amaru no altiplano peruano, que coincidiu mais ou menos com a atividade de um inspetor-geral das reformas tributárias dos Bourbons no vice-reino; coincidiu também com más condições econômicas, relacionadas em parte com a perda do Alto Peru e boa parcela de sua riqueza mineral para o vice-reino do rio da Prata. Em contraste com os índios do centro do México, seus correspondentes mais isolados na região central dos Andes conservavam alguma lembrança do domínio imperial inca e mesmo da dinastia real como ponto de convergência. Quase sempre os líderes de revoltas indígenas na região andina alegavam ascendência inca (como fez até mesmo um imigrante espanhol renegado chamado Bohorques, que agia na região de Tucumán). Assim, na década de 1770, quando um cacique de Tinta, ao sul de Cuzco, começou a desenvolver ambições políticas reformistas, mudou seu sobrenome de Condorcanqui para "Tupac Amaru", nome do último inca a resistir aos espanhóis no século XVI, e afirmou ser, talvez legitimamente, descendente direto do imperador rebelde. Como Tupac Amaru ele liderou um grupo que, em novembro de 1780, executou o corregedor local por abusar da população índia, recrutou um grande exército de maioria indígena, travou batalhas contra a resistência armada espanhola, ameaçou Cuzco e, por algum tempo, dominou grande extensão da área do altiplano, até que se organizaram forças para derrotá-lo e executá-lo em maio de 1781. Mas se a revolta tinha base indígena, sua liderança era, em grande parte, crioula e mestiça — gente dos níveis médios da sociedade da província. O próprio Tupac Amaru tinha certa ascendência espanhola, fora educado em espanhol e tinha esposa espanhola. E se, por um lado, ele enfatizou o patriotismo inca entre os índios, entre os não-índios falava de impostos mais baixos e justos, tribunais melhores e economia inter-regional mais aberta. Nem todos os índios apoiaram o movimento; rivalidades étnicas locais muito antigas tiveram seu papel, e muitos dos caciques mais poderosos consideravam Tupac Amaru um arrivista dinástico. Até o final ele proclamou constantemente lealdade a Deus e ao rei. Depois de sua morte, a revolta estendeu-se para o Alto Peru (a cidade de La Paz foi sitiada) e ficou mais violenta, extremada e hostil para com não-índios. Só em 1783 o altiplano foi pacificado, e distúrbios menores associados ao nome de Tupac Amaru ainda surgiram mais ao norte ou ao sul da grande região andina. O efeito global da revolta, apesar da participação inicial de alguns crioulos do altiplano, parece ter sido o de retardar qualquer ímpeto para a independência que possa ter existido no Peru

e no que viria a ser a Bolívia. A liderança multirracial e os objetivos limitados do movimento foram ofuscados pela memória do que se entendeu como um golpe descontrolado contra todos os que não eram índios, algo que estas pessoas, nativas ou não, de origem espanhola, negra ou mestiça, jamais gostariam de ver repetido.

Iniciado em abril de 1781, na esteira do levante de Tupac Amaru, a revolta dos Comuneros de Nova Granada (Colômbia) foi aparentemente paralela a ele, e não inspirada por ele. Nova Granada recebera seu próprio inspetor-geral, que vinha se dedicando a aumentar os impostos e expandir o monopólio real em meio à desaprovação geral. A vila de Socorro, no altiplano ao norte de Bogotá, centro têxtil e fumageiro, liderou a resistência. Formou-se um movimento espontâneo que envolveu todos os setores da população local; ao se espalhar, vilas inteiras, com seus conselhos municipais constituídos, aderiram a ele. Os principais líderes que surgiram da confusão eram crioulos locais importantes. Imediatamente os rebeldes realizaram ações armadas contra agentes do tesouro e dos monopólios governamentais, e logo marcharam aos milhares contra Bogotá, capital do vice-reino. Depois da vitória dos rebeldes sobre as poucas tropas reais que não haviam sido enviadas ao distante litoral para enfrentar a ameaça britânica, o governo cedeu às exigências dos dissidentes quanto aos impostos e monopólios. Então as forças rebeldes começaram a debandar, enquanto os funcionários reais recusavam-se a honrar os termos de capitulação e no final recuperaram o controle, em parte tirando vantagem de tensões regionais e sociais entre os dissidentes. Revoltas relacionadas ocorreram em várias outras partes do país, mas nunca assumiram as mesmas proporções do movimento de Socorro. Embora os funcionários do governo tenham usado força militar e feito algumas execuções exemplares, é marcante o contraste com o período seguinte à revolta de Tupac Amaru. Depois de uma anistia geral, muitos dos maiores líderes da revolta dos Comuneros voltaram à vida normal, e não houve um sentimento perceptível contra as revoltas por parte da população não-índia em geral. Embora tenham ocorrido algumas ações de índios contra não-índios, o componente índio era menor do que na rebelião peruana, já que os índios representavam uma proporção menor da população como um todo. Mesmo no auge da revolta, os líderes rebeldes insistiam em dizer que permaneciam súditos leais da coroa e limitavam sua oposição a algumas leis específicas. Mais homogêneo que a revolta de Tupac Amaru, o levante dos Comuneros se encaixa bem no padrão mais antigo de ação limitada em defesa de interesses regionais e de relativa autonomia. Seu efeito local mais perceptível foi o endurecimento e a reorganiza-

ção das forças armadas de Nova Granada por oficiais reais, realizados num espírito de desconfiança em relação aos crioulos da área, que foram afastados da função militar e da influência às vezes predominante que tinham em regiões nunca ameaçadas por uma revolta geral séria.

Um terceiro grande levante do período pré-independência ocorreu fora das áreas de domínio ibérico, mas ainda assim teve forte impacto. Em 1791 a população negra escrava da francesa Saint Domingue, ou Haiti, rebelou-se em massa, destruiu o grupo dominante de donos de *plantations*, paralisou a indústria açucareira e deu início a manobras políticas que finalmente resultaram na independência do Haiti. O efeito foi sentido nas outras Antilhas e por toda parte em volta do Caribe, onde quer que existisse expressivo elemento africano na população. Embora nas áreas ibéricas o componente negro, mulato e pardo constituísse uma parte muito menor da população total do que no Haiti e estivesse, em geral, muito mais integrada à sociedade, ninguém deixou de ver as conseqüências. Os de ascendência africana podiam ser tentados a seguir o exemplo haitiano. Esta parece ter sido parte da motivação dos negros e mulatos, escravos e livres, que fizeram uma rebelião em 1795 na província de Coro, na costa oeste da Venezuela, visando não só a abolir a escravatura e o excesso de impostos como a destruir os grupos dominantes e governar por si mesmos. Depois de algumas manifestações de violência, a revolta foi esmagada, em boa parte por forças que eram, elas próprias, compostas de pardos. Daí em diante Coro permaneceu pacífica e leal à coroa espanhola, mesmo quando outras províncias venezuelanas aderiram à causa da independência. O medo de outra revolução haitiana não impediu movimentos de independência na área geral da Venezuela e de Nova Granada, mas foi fator sempre presente na mente de todos os envolvidos.

No Brasil, assim como na América espanhola, a fermentação era visível nas últimas décadas do século XVIII. No caso brasileiro, as primeiras manifestações foram abortadas, e nunca atingiram a escala ou a intensidade da rebelião de Tupac Amaru ou da revolta dos Comuneros. O mais famoso entre os primeiros movimentos brasileiros foi a conspiração mineira de 1788-9. Talvez não surpreenda o fato de que essa atividade surgisse em Minas Gerais, capitania rica por um curto período, que desenvolvera uma cultura característica nas artes plásticas, na arquitetura e na música, mas que depois enfrentou tempos difíceis. Em Ouro Preto, um pequeno grupo de intelectuais, entre eles padres, juizes, funcionários reais e homens de posses, começou a reunir-se para discutir assuntos políticos e culturais. Por esses interesses e pelo conhecimento dos grandes autores do Iluminismo, eles eram como os grupos que já mencionamos, mas foram adian-

te, estimulados pelo exemplo da Revolução Americana, e tramaram um levante contra o domínio português. Aqui também o fator tributário foi importante; aparentemente, o que levou o grupo à conspiração ativa foi uma nova tentativa do governo de cobrar os atrasados do quinto real sobre o ouro, um assunto que com certeza causava resistência geral e que ajudava a causa. A trama foi descoberta, os líderes foram presos e julgados. Quase todos foram exilados, mas poupados por causa de sua posição. Um único homem, Joaquim José da Silva Xavier, chamado de Tiradentes, foi executado. Oficial inferior do exército sem riqueza nem *status*, Tiradentes transformou-se em bode expiatório.

Os refinados conspiradores da rebelião em Minas Gerais não visavam a grandes mudanças na ordem social. Muito diferentes foram os participantes da trama baiana de 1798, às vezes chamada de Revolta dos Alfaiates. Não muito diferentes dos rebeldes de Coro, os baianos eram artesãos negros ou mulatos, soldados e trabalhadores, inclusive alguns escravos. Influenciados pela retórica da Revolução Francesa, queriam abolir a escravatura, extinguir todas as diferenças baseadas na cor, desapropriar mosteiros e criar o livre comércio marítimo. Seu movimento foi esmagado sem ter realmente começado; quatro dos líderes foram executados e muitos outros punidos. Não parece que os conspiradores tivessem em mente o exemplo haitiano, que estava, com certeza, presente no pensamento dos grandes fazendeiros e mercadores que se opuseram a eles de maneira tão resoluta. De qualquer modo, sabiam onde estava seu próprio interesse, de forma que o contexto social e étnico impôs limites bem definidos a seu impulso, tão forte em outros aspectos, para a autonomia em relação a uma metrópole que o Brasil ameaçava ofuscar.

Também na América espanhola pequenas conspirações sediciosas começaram a surgir com freqüência cada vez maior na última década do século XVIII e na primeira década do seguinte. Quase sempre eram do tipo geral da conjuração de Minas Gerais, geradas nos limites de grupos ou círculos de intelectuais crioulos, que eram modestos profissionais liberais ou funcionários de baixo escalão. As sociedades de aperfeiçoamento que passaram a existir por toda parte no final do período Bourbon podiam facilmente voltar-se para esses objetivos. Nesses círculos, a disposição, pelo menos em muitas áreas, passou do espírito de promoção construtiva para a crítica às autoridades. Os exemplos da Revolução Americana e, principalmente, da Francesa, podiam permitir uma interpretação bem diferente das doutrinas do Iluminismo, agora tão comuns entre os intelectuais ibero-americanos; um conspirador imprimiu secretamente a *Declaração de Direitos do homem* francesa, e outros clamavam por uma liberdade

vagamente definida ou mesmo por independência política e soberania popular. O transporte mais veloz, a política comercial mais livre e o crescimento econômico da época final dos Bourbons resultaram na ida de grande número de hispano-americanos, para estudar e passear, não só para a Espanha como para a França, a Itália e a Inglaterra. No exterior, alguns dos exilados tornaram-se abertamente revolucionários e mesmo os que voltaram para casa tinham pelo menos sido expostos à Europa numa época de mudança revolucionária. No entanto, as tramas sediciosas entre intelectuais e profissionais liberais, mesmo quando chegavam a ponto de fazer planos detalhados para golpes locais, eram em geral descobertas ainda no estágio de discussão e esmagadas sem o uso de punições mais severas e sem causar grande alarde público. A invasão da Venezuela pelo exilado Francisco de Miranda com uns duzentos homens, organizada na América do Norte, embora tenha ocorrido às vésperas dos movimentos de independência de 1806, não atraiu apoio local e fracassou redondamente.

Assim, dificilmente se pode dizer que no início do século XIX a Ibero-América estivesse fervilhando de movimentos incontroláveis para conquistar a independência política das metrópoles. Houve alguns grandes levantes e a idéia de independência completa veio à tona em alguns círculos. Mas os dois fenômenos não estavam associados. Os movimentos maiores eram de tipo bastante tradicional, com objetivos limitados mesmo quando de alcance excepcional, e o efeito final parece ter sido o de reforçar a determinação dos que se opunham a grandes mudanças. Por outro lado, o radicalismo político só tinha até então uma minoria de defensores, mesmo entre os intelectuais mais inclinados a essas idéias. Podem-se apontar muitas tensões na sociedade e na economia em geral, algumas relativamente novas, como vimos nos dois últimos capítulos. Devido à existência de razões para uma insatisfação generalizada e às subculturas muito localizadas que se haviam desenvolvido durante séculos de quase autonomia, talvez seja legítimo dizer que os movimentos de independência política eram inevitáveis a longo prazo, mas a situação interna por si só dificilmente sugeriria sua iminência e sucesso relativamente rápido. Para explicar o momento da independência da América Latina, precisamos olhar para o contexto internacional.

ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS

Vimos que nos períodos coloniais intermediário e final haviam ocorrido mudanças básicas com potencial para afrouxar os laços entre a Ibero-América e a

Península Ibérica, embora por um bom tempo nem sempre fosse este seu verdadeiro efeito. Apesar de momentos de revivescência, nos mares as potências ibéricas ficaram ainda mais atrasadas em relação à Inglaterra e à França; hostilidades, que eram freqüentes, podiam deixar partes da Ibero-América completamente isoladas ou abastecidas por navios estrangeiros. Cada vez mais o grosso do mercado da Ibero-América concentrava-se no norte da Europa, e os mesmos países também forneciam a maior parte de sua importação, principalmente artigos manufaturados, ainda que canalizados através de portos ibéricos. É verdade que a exportação de mercadorias espanholas para a América não se tornou tão desprezível quanto os estudiosos antes tendiam a crer; na época posterior à aprovação do livre comércio imperial, a exportação de produtos nacionais aumentou de forma marcante, não só em volume, mas em proporção ao total, ultrapassando regularmente as exportações de origem estrangeira em meados da década de 1790. Mas mesmo que a parte ibérica do comércio e seu poder naval tivessem afundado ainda mais, haveria pouca ameaça aos vínculos em tempo de paz ou quando estivessem disponíveis aliados marítimos poderosos, de modo que os países ibéricos poderiam permanecer como canais através dos quais o comércio iria fluir. Portugal tinha um aliado deste tipo na Grã-Bretanha, sem dúvida a maior potência naval do mundo. No caso da Espanha do século XVIII, em geral aliada à França contra a Grã-Bretanha e seu poder naval, a situação era mais precária e resultou muitas vezes no isolamento entre a metrópole e as colônias. As décadas pré-independência foram, especialmente, um desses períodos; a Espanha esteve em guerra com a Grã-Bretanha de 1796 a 1808, com apenas dois anos de paz intercalados, nos quais seu tráfego marítimo transatlântico pôde funcionar normalmente. A coroa espanhola foi obrigada a permitir que navios neutros abastecessem as colônias, transportassem as exportações destas e até mesmo levassem para a Espanha a arrecadação das Índias Ocidentais, por meio de uma série de ordens de pagamento e cartas de crédito, pelas quais o metal precioso que realmente saía da América ia para outros países e não para a própria Espanha. Consórcios multinacionais que incluíam a participação de norte-americanos, holandeses e outros faziam este comércio neutro, mas, no fundo, os próprios britânicos o dominavam, às vezes abertamente. Algumas áreas da América espanhola, principalmente Cuba e Venezuela, tornaram-se tão dependentes de navios e comerciantes de outras nações que mesmo quando a coroa espanhola ordenou a cessação do comércio neutro em certas épocas, os funcionários locais recusaram-se a fazer cumprir a ordem. O comércio com os neutros enfrentou dificuldades e irregularidades, e parece que era menos eficiente do

que o abastecimento pela Espanha nos anos em que era possível o comércio direto. Mas num sentido bastante real, a América espanhola já havia adquirido independência comercial em relação à Espanha antes de qualquer ação para a separação política.

Os acontecimentos de 1807-9, que deixaram a França napoleônica no controle direto de quase toda a península ibérica, tiveram um impacto ainda mais forte do que os anos do bloqueio britânico. Não só o comércio britânico com muitas regiões da América Latina veio a se expandir bastante e a se regularizar, como as implicações políticas foram ainda de maior monta. Portugal e Brasil foram afetados primeiro. Em 1807, Napoleão, não mais disposto a tolerar a colaboração portuguesa com os britânicos, invadiu Portugal. Mas quando os exércitos franceses entraram em Lisboa, João VI, sua corte, seu governo e talvez quinze mil de seus súditos estavam viajando em navios escoltados pelos britânicos, rumo ao Rio de Janeiro. Esta capital sofreu então uma rápida transformação quando seu conjunto de instituições relativamente fracas, tradicionalmente dependentes do fácil acesso a Portugal, fortaleceu-se de várias maneiras, e o Rio ganhou uma academia militar, uma escola de medicina, imprensa, instituições financeiras, um sistema judicial reorganizado, e muito mais. Os impostos não eram mais enviados a Portugal e não havia motivo para não abrir completamente o comércio internacional (como foi feito de imediato), mesmo que os agora indispensáveis britânicos não tivessem insistido. Assim o Brasil obteve muito da substância da independência com a simples transferência de algumas pessoas. Apesar de acidental, o episódio era coerente com a longa tradição de vínculos estreitos e movimento fácil entre Portugal e Brasil, e também com o equilíbrio que se alternava entre metrópole e colônia. Além de trazer uma independência de fato, a mudança da corte também criou o cenário para o passo seguinte. Depois de desfrutar da vantagem de ser governados de dentro de suas próprias fronteiras, os brasileiros não desistiriam facilmente quando o rei de Portugal, com a mudança do rumo da guerra, acabasse inevitavelmente voltando para a pátria. E a chegada súbita de número tão grande de portugueses peninsulares, muitos deles, naturalmente, em posições elevadas, provocou pela primeira vez problemas de substituição, ressentimento e polarização entre nativos e ibéricos peninsulares, comparáveis aos que estavam ocorrendo na América espanhola desde a década de 1770 com as grandes reformas dos Bourbons.

Por algum tempo, os acontecimentos na Espanha deram às colônias daquele país uma autonomia de fato, como no caso do Brasil, mas não com uma liderança tão claramente legítima e incontestável. A França napoleônica conseguiu

acesso à Espanha para empreender a invasão de Portugal. A crescente pressão francesa provocou indiretamente a abdicação do rei Carlos IV e depois, em maio de 1808, Napoleão obrigou o filho de Carlos, Fernando VII, a abdicar também, em favor de José, irmão de Napoleão. Houve resistência em toda a Espanha, mas o exército francês conseguiu um domínio cada vez maior. Comitês ou juntas locais de resistência de todas as partes do país formaram uma junta central em Sevilha, que foi obrigada, dois anos depois, a refugiar-se em Cádiz sob proteção britânica. Uma regência em nome do ausente Fernando substituiu a junta, e foi convocado um parlamento (as cortes). Então, durante esta época os hispano-americanos tiveram que fazer uma escolha entre um monarca legal mas não obedecido, apoiado pelos franceses, e um regime substituto, popular mas não legal. O regime apoiado pelos franceses controlava a maior parte da Espanha, enquanto a junta e a regência mal tinham onde pôr os pés; por outro lado, o regime de Bonaparte estava sem contato com a América, enquanto seu adversário tinha acesso parcial às colônias mas quase não tinha poder em casa. As cortes, como facção liberal separada, aprovaram a Constituição de 1812, que criou uma monarquia severamente limitada e eliminou muitas instituições e distinções básicas do antigo sistema espanhol. Tudo isso estava destinado a desagradar aos moderados e conservadores que estavam a cargo das Índias Ocidentais, quer fossem funcionários peninsulares ou crioulos de alto escalão. E apesar de todo o seu liberalismo, as cortes queriam, inflexivelmente, apesar da mudança da situação, maior domínio espanhol sobre as colônias, contrariando ainda mais os crioulos (embora certo número de assentos nas cortes fossem destinados a hispano-americanos).

Enquanto isso, as forças hispano-britânicas retomaram da França boa parte da Espanha, até que em 1814 a vitória geral das forças antifrancesas na Europa permitiu que Fernando VII recuperasse seu trono. Assim que o fez, ele anulou a Constituição de 1812 e restabeleceu, pelo menos em teoria, todos os aspectos do antigo regime, inclusive coisas impensáveis desde a onda de reformas dos Bourbons (como a readmissão dos jesuítas). Agora, pela primeira vez em anos, havia um governo espanhol suficientemente forte para enviar tropas para as Índias e ali impor-se. Muitas conquistas obtidas pela independência nesse ínterim foram então temporariamente canceladas. Mas a Espanha não alcançara um verdadeiro equilíbrio. Em 1820 as tropas que seriam enviadas para as Índias se amotinaram, tornando impossível uma ação militar espanhola mais vigorosa no hemisfério ocidental após aquela data. A instabilidade espanhola e a relativa impotência além das fronteiras peninsulares continuaram a ser a situação nor-

mal depois disso. Embora a insurreição de 1820 tenha obrigado Fernando a restaurar a Constituição liberal de 1812, em 1823 a monarquia absoluta retornou. No entanto, nessa época os britânicos haviam desenvolvido relações comerciais veladas com a América Latina e não permitiriam mais que a Espanha interviesse no hemisfério ocidental para recuperar suas perdas.

Assim, os vínculos de comércio e comunicação da América espanhola com a metrópole ficaram interrompidos durante a maior parte do tempo entre 1796 e 1808. De 1808 a 1814, a Espanha não teve um governo nitidamente autoritário e faltavam força e estabilidade aos regimes parciais inconstantes e que competiam entre si. Depois de 1814, com a restauração, o regime unificado, embora fraco e indeciso, pôde de alguma forma agir nas Índias Ocidentais, mas a partir de 1820 a Espanha ficou mais uma vez impossibilitada de enviar tropas ou comerciar em grande escala.

OS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA

Os passos do processo que levou a América espanhola à independência política correspondem exatamente aos estágios dos acontecimentos internacionais que acabamos de delinear. Os últimos anos da guerra com a Grã-Bretanha geraram um conjunto notável de conseqüências relacionadas à invasão britânica de Buenos Aires em 1806. Em pouco tempo as forças locais, principalmente crioulas, expulsaram os invasores e depuseram do poder seu próprio vice-rei em troca de um líder considerado mais competente em termos militares. Tudo fora feito dentro de um espírito legalista e logo veio a bênção específica da coroa, mas o patriotismo platino local fora estimulado e descobrira-se que era possível derrubar um vice-rei. Quando, em 1808, a tomada da Espanha por Napoleão deixou as regiões hispano-americanas inteiramente entregues a si mesmas, grande parte do sentimento local, entre os altos funcionários peninsulares ou entre crioulos importantes, era favorável à lealdade a Fernando, mas sob esta bandeira podiam ser executados vários tipos de ação. Em alguns locais, grupos de peninsulares derrubaram as autoridades existentes, alegando que eram muito fracas, e substituíram-nas por candidatos que eles mesmos preferiam; o exemplo mais notável foi a remoção forçada de um vice-rei de Nova Espanha. Outros golpes como este tiveram participação crioula. Essas tomadas de poder mantinham quase sempre uma tênue legalidade por meio do emprego de poderes de emergência da Audiência e outros artifícios. Subterfúgios semelhantes para ações semelhan-

tes tinham precedentes que remontavam ao período da conquista, mas nas condições da época, em que passos desse tipo dividiam o setor legalista já fragmentado e perturbavam uma legitimidade já questionável, eram extremamente perigosos para a estabilidade do sistema.

Um desafio ainda mais direto foram as juntas que começaram a aparecer por toda parte nas Índias, declarando lealdade a Fernando, mas independência em relação à junta fraca e indecisa da Espanha; os conselhos municipais das cidades importantes eram quase sempre o veículo e a base das juntas. As autoridades reais na América interpretaram esses movimentos como rebeliões e rapidamente derrubaram vários deles que foram organizados em 1809. Mas em 1810, quando a junta central fugiu de Sevilha para Cádiz e parecia condenada, as juntas hispano-americanas não puderam mais ser contidas com tanta facilidade. Em Buenos Aires, no Chile, na Venezuela e em Nova Granada juntas ou grupos de juntas assumiram o poder, resultando, em alguns casos, na declaração de repúblicas independentes, em outros, apenas na autonomia sob auspícios legalistas. No entanto, logo se formaram os contra-ataques, vindos do interior das áreas afetadas ou, com maior freqüência, de regiões não afetadas, como o centro do Peru e Cuba. Neste ponto, ações militares consideráveis passaram a fazer parte do cenário habitual. A partir de 1814 a Espanha começou, como vimos antes, a enviar uma grande quantidade de tropas para dominar rebeliões nas Índias, de modo que, no início de 1817, o único movimento de independência que ainda controlava a situação local era o de Buenos Aires, longe demais dos centros de poder imperial do Peru, do México e do Caribe.

Os acontecimentos de 1810 no México tiveram um perfil bem diferente. Como no Peru, não surgiu nenhuma junta baseada no cabildo. Em vez disso, uma conjuração de intelectuais e profissionais liberais, do tipo característico de fases anteriores em outros locais, espalhou-se de forma descontrolada entre a gente humilde do campo. O líder, Miguel Hidalgo, um modesto padre secular de uma paróquia rural, preocupava-se inicialmente com interesses crioulos comuns, como maior acesso a cargos, promoção da economia inter-regional e talvez independência política, mas seus seguidores, índios e castas que se contavam aos milhares, logo passaram a destruir *haciendas*, a fechar minas de prata e a matar e roubar espanhóis ricos, principalmente os nascidos na península. O movimento provoca, assim, a comparação com a revolta de Túpac Amaru, uma geração antes no Peru. Mas enquanto a rebelião andina centrava-se no interior, na região dos índios sedentários, e tinha os índios como base, o levante mexicano começou no Bajío, uma área bastante central, com ricas minas e agricultura,

mas sem as vilas corporativas indígenas do centro do México propriamente dito. Do Bajío o movimento propagou-se para o oeste e para o norte, mais uma vez para longe das terras dos sedentários, e quando as "hordas", como eram chamadas freqüentemente, invadiram essas terras num movimento ousado em direção à capital, foram derrotadas. Hidalgo foi executado em 1811 e seu sucessor foi outro padre secular, José Maria Morelos, que mudou geograficamente o foco do movimento para a periferia ao sul da região central do México, e, intelectualmente, para o esboço de uma constituição liberal e a criação de um regime independente da Espanha. Atraiu certo apoio de outros profissionais liberais, embora não dos mais importantes; depois de continuar a guerra por algum tempo com sucesso cada vez menor, foi capturado e executado, como Hidalgo. Apenas bandos esparsos de guerrilheiros continuaram a luta. Na maior parte, o efeito imediato da revolução de Hidalgo-Morelos foi o mesmo da revolta de Tupac Amaru: a criação, por meio da rejeição, de uma coalizão de todos os elementos em posição mais elevada para manter o regime colonial na forma já existente.

Em 1817 começou uma segunda fase importante de movimentos de independência na América do Sul espanhola. A essa altura o objetivo de separação total da Espanha já se generalizara. São estes os conflitos que habitualmente são considerados guerras de independência propriamente ditas; campanhas em grande escala e de longo prazo que se estenderam por milhares de quilômetros em todo o continente, gerando batalhas decisivas e a independência final. A partir da Argentina, tropas sob o comando de José de San Martín conquistaram o Chile em 1817 e prosseguiram por mar, em 1820, para o Peru; em 1821 tomaram Lima, embora as forças leais ao rei ainda dominassem o altiplano. O envio de reforços da Espanha foi interrompido de uma vez por todas, como vimos, pelo motim e pela insurreição espanhola de 1820. Nessa época Simón Bolívar, agindo simultaneamente com San Martín a partir da base venezuelana, conquistara boa parte da Venezuela e de Nova Granada para o movimento revolucionário, e depois dos acontecimentos de 1820 na Espanha, conseguiu trazer o resto da área, agora Gran Colombia, para o controle revolucionário. Deslocando-se para o sul com muitos de seus seguidores, Bolívar chegou a Lima em 1823, e substituiu San Martín na tarefa de levar o relutante Peru à independência. Uma série de batalhas no altiplano resultou na vitória final no Peru e na nova Bolívia em 1825.

Mais uma vez o México ficou à parte. Depois da revolta de Hidalgo, o país recuperara certa estabilidade, protegido, como o Peru, de novas iniciativas que visavam à independência pela memória de uma grande insurreição vinda

de baixo, mas, ao contrário do Peru, distante da onda de manobras transcontinentais em pinça da América do Sul. No entanto, ali existia um grande sentimento favorável à independência, ao que tudo indica mais forte que no Peru, e os acontecimentos de 1820 na Espanha precipitaram uma ação definitiva, neste caso não só porque a Espanha não podia mais enviar tropas, mas também porque o regime liberal espanhol restaurado e sua constituição ameaçavam as medidas pelas quais os crioulos importantes tentavam dominar o país, de modo que agora eles se dispuseram a unir-se aos que já pressionavam pela independência, caso isso pudesse ser feito sob uma bandeira social e politicamente conservadora. Em 1821 Agustín de Iturbide, líder das forças reais contra a única concentração guerrilheira restante de tamanho considerável, combinou com o líder rebelde pronunciar-se a favor da independência do México como (teoricamente) uma monarquia. Durante o ano e praticamente sem resistência, o movimento conquistou aquiescência geral, até mesmo do vice-rei recém-chegado, e em 1822 Iturbide foi declarado imperador do México independente. Com isso, o México adquiriu a soberania de uma vez por todas, embora tanto o imperador como o império se mostrassem incapazes de se manter por muito tempo.

Observamos anteriormente o rumo que os acontecimentos vinham tomando no Brasil. Governado desde 1808 pelo monarca português *in situ*, o Brasil também enveredou por um novo caminho a partir dos acontecimentos ibéricos de 1820. Naquele ano Portugal, assim como a Espanha, assistiu a uma revolta liberal, que levou à elaboração de uma constituição e à exigência dos portugueses de que o rei voltasse para casa. Ele o fez e deixou o filho Pedro como regente do Brasil. Logo depois o parlamento português revogou a condição igualitária do Brasil como reino-unido, aboliu as novas instituições que o país conquistara e exigiu que o príncipe também retornasse. Era inevitável que os brasileiros insistissem com Pedro para que ficasse. Ele tomou a decisão em 1822, e no mesmo ano declarou a independência do Brasil, tornando-se seu monarca. Assim o Brasil libertou-se da metrópole com menos derramamento de sangue, comoção ou campanhas políticas organizadas do que a América espanhola. Antes de pensarmos que isto fica longe demais do padrão geral latino-americano, vamos lembrar que o acaso e os fatores externos tiveram um papel importante na determinação do momento e da forma da independência em todos os países ibero-americanos. A América Central espanhola também conquistou pacificamente a independência, presidida pelas próprias autoridades espanholas locais, como reflexo da independência do México. E

as regiões espanholas nas ilhas do Caribe não lutaram nem conquistaram a independência nessa época.

UMA VISÃO GERAL DOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA

Na discussão anterior não quisemos sugerir, de modo algum, que todo o processo de independência foi acidental ou que teve motivação externa. Na verdade os movimentos refletiram fortemente a história da América Latina e a formação socioétnica-econômica. Observe-se a direção tomada pelo impulso para a independência na América do Sul espanhola, que refez rigorosamente, no sentido inverso, a trajetória da conquista do século XVI (ver Mapa 16; comparar com o Mapa 3). As áreas conquistadas por último foram as primeiras a levantar-se e a ajudar ativamente a atrair as outras, e convergiram no Peru como imagem de espelho do movimento que partiu daquela base no século XVI. O paralelo é tão exato, que a primeira área conquistada pelos espanhóis na América, as grandes ilhas do Caribe, foi a última a ser perdida, esperando até o fim do século XIX pela chegada da independência. (Naturalmente, a proximidade entre as ilhas e a Espanha e o simples fato de serem ilhas podem ter sido fundamentais para sua retenção por tanto tempo.) A inversão perfeita da trajetória combina com uma correspondência bem próxima da tipologia regional das Índias Ocidentais. O movimento revolucionário propagou-se das antigas áreas periféricas para áreas de transição e, finalmente, para a antiga área central; em termos da população indígena, das terras dos não-sedentários para a dos semi-sedentários e, finalmente, para a dos povos totalmente sedentários. Observado de outra maneira, mais complementar do que contraditória, o impulso foi das áreas da costa leste, com economias que cresciam de maneira explosiva, para áreas de crescimento moderado e localização menos favorável até áreas isoladas dos novos tipos de desenvolvimento econômico, e por isso em declínio ou à beira dele. As regiões em desenvolvimento na costa atlântica tinham, aparentemente, mais incentivo para agir e maior possibilidade de fazê-lo. Este último aspecto teve certa relação com sua população mais hispanizada e móvel, menos sujeita à inércia, menos fragmentada e complexa que a do centro dos Andes. Também foi importante que, apesar de um relativo declínio (e vimos que o comércio do Peru ainda sobrepunha o da região do Prata no final do século XVIII), os antigos vice-reinos ainda eram o centro do desenvolvimento institucional e militar do império, com a maior concentração de tropas regulares e milícias organizadas.



Mapa 16. Trajetória dos movimentos de independência na América do Sul espanhola.

Os acontecimentos no México se encaixam neste padrão? Não completamente, talvez, mas há alguns bons paralelos. Desde o período da conquista, como observamos em capítulos anteriores, o meio da América foi um sistema separado, comparável, em muitos aspectos, a todo o complexo da América do Sul espanhola, com sua própria capital e rota comercial principal, seu próprio centro e sua periferia. O norte próximo e o oeste do México, berços da revolta de Hidalgo, tinham muitas semelhanças com a Venezuela e a Argentina como uma área fora dos centros principais de vida indígena sedentária, com habitantes muito hispanizados, uma região envolvida numa grande onda de crescimento econômico, pelo menos até o fim do século XVIII. Assim, aqui também uma ex-periferia florescente rebelou-se e lançou-se sobre um centro hesitante que, no final, foi libertado mais por pressões externas que internas.

Quanto às tropas que lutaram nas guerras de independência, elas também refletiam a constituição geral da sociedade hispano-americana. Embora em alguns casos contingentes expressivos tenham vindo diretamente da Espanha, em geral os combatentes dos dois lados, legalista e rebelde, eram muito semelhan-

tes às unidades regulares e milicianas já existentes nas Índias Ocidentais no período colonial final e, na verdade, muitas vezes eram exatamente as mesmas unidades. Mesmo do lado legalista, a maioria dos soldados e alguns oficiais eram nativos. A composição das tropas, as já existentes ou as recém-criadas, permaneceu a mesma de antes, com os que tinham importância local ou posição social mais elevada ocupando postos no oficialato e as pessoas hispanizadas pobres, quer fossem crioulos, mamelucos, negros, mulatos ou índios urbanos aculturados, como soldados rasos. Como antes, participaram poucos índios menos aculturados que viviam em suas próprias corporações. E como antes, as unidades eram muito ligadas a suas próprias regiões, não muito dispostas a afastar-se de casa. É verdade que vários personagens importantes na América do Sul, vendo a necessidade de campanhas continentais para garantir a independência permanente, percorreram milhares de quilômetros na direção do Peru, levando com eles muitos de seus seguidores. Mas a presença em regiões que não eram as suas estava destinada a ser efêmera, assim como em quaisquer entidades políticas amplas e novas nascidas nas campanhas. As grandes batalhas duraram anos, com grandes perdas de vidas e propriedades em alguns lugares, mas o efeito sobre a organização geral da sociedade não teve a intensidade correspondente. O conflito todo ocorreu essencialmente dentro do mundo espanhol. Mesmo ali, a maioria dos combatentes defendia sua própria região, obedecia às ordens de pessoas socialmente superiores da forma costumeira ou, no máximo, buscava ascensão pessoal. Nestas circunstâncias, é compreensível que os prisioneiros feitos em combate pudessem quase sempre ser integrados sem protesto às fileiras do inimigo.

As guerras de independência algumas vezes deixaram em evidência pessoas bastante modestas. No México, acredita-se que o padre Morelos era de ascendência mestiça e sem ligações com gente importante, mas se as coisas tivessem tomado um rumo um pouco diferente ele poderia ter-se tornado o primeiro chefe de governo do México independente. Na Venezuela, o plebeu José Antonio Páez, em termos relativos um pequeno fazendeiro, com pouca ou nenhuma educação, chegou, através da liderança militar, ao cargo político mais alto e à condição de proprietário de vastas fazendas de criação de gado. Casos menos conhecidos e espetaculares são abundantes em muitas regiões. Entretanto, no final este processo não foi um grande desvio para a sociedade hispano-americana; os indivíduos afetados simplesmente penetraram nos círculos superiores, como certas pessoas mais capazes, recém-enriquecidas ou de mais sorte sempre fizeram, sem que isso sugerisse que a situação geral de pessoas de sua categoria iria mudar.

Os pobres beneficiados pela independência podem ser comparados a alguns plebeus do século XVI que chegaram a encomendeiros, conselheiros de vilas e, às vezes, a governadores, pela participação em acontecimentos extraordinários da conquista.

Talvez o problema do transbordamento da faixa média, discutido anteriormente como característica primária da sociedade hispano-americana do período colonial final, fosse a coisa mais próxima da pressão social em grande escala em prol de mudanças ligadas à independência. Era entre as famílias hispano-crioulas mais importantes e estabelecidas no topo e os índios das corporações — que ocupavam, pelo menos em alguns sentidos, o nível inferior — que ocorria o crescimento maciço, como uma bola de neve, em última instância um produto da mistura étnica e cultural. A mudança proporcional da composição da sociedade, que causou a superpopulação nos níveis intermediários, afetou não só os mamelucos e mulatos que antes predominavam nessa esfera, mas também os hispano-crioulos pobres que com eles competiam e o componente cada vez maior de índios hispanizados. À medida que as pessoas de ascendência mestiça avançavam cada vez mais no nível inferior das profissões liberais, nelas também começou-se a sentir esse mal-estar, todos sofrendo igualmente por causa do excesso de candidatos e falta de oportunidades do tipo desejado. Assim, elemento comum dos movimentos de independência, não totalmente universal mas encontrado em várias regiões e em manifestações das mais precoces às mais tardias, foi a participação destacada de profissionais de nível inferior — padres do interior e funcionários de baixo escalão, como também administradores, pequenos proprietários, artesãos, tropeiros e outros. (O mesmo ocorreu no Brasil, como demonstram muito bem as duas conspirações que descrevemos anteriormente.)

A Venezuela, com uma proporção tão importante de pardos em sua população, foi um caso em que as aspirações das pessoas de ascendência e cultura mestiças, e também a resistência a estas aspirações, tiveram papel especialmente grande na luta pela independência. O primeiro movimento sério para a independência venezuelana era visivelmente conservador, calculado para desestimular a ascensão social dos pardos. A oposição ao movimento, liderada pelos peninsulares, pôde então aproveitar-se com êxito do ressentimento pardo. Bolívar e seus aliados finalmente mudaram o curso de ação e se aliaram à maioria parda das planícies, recompensando generosamente os líderes e, ao mesmo tempo, usando de cautela e queixando-se o tempo todo do perigo pardo. O fato de os conflitos na Venezuela terem sido tão sangrentos e destrutivos parece ter relação, pelo menos em parte, com o tamanho e perfil étnico característico do gru-

po intermediário naquele país. Exatamente em que aspectos a independência pode ter alterado o *status* geral do grupamento pardo venezuelano a historiografia dificilmente nos permite dizer.

Outro aspecto social da era da independência foi a alteração e a deterioração do relacionamento entre crioulos e peninsulares. Já vimos que, alinhada com as tendências sociais gerais, a distinção entre espanhóis nativos da América e nativos da Península Ibérica tornou-se mais acentuada e explícita na época colonial final do que em períodos anteriores, mas isso por si só não representava uma diferença fundamental na distribuição de papéis e no mecanismo de absorção gradual da maioria dos peninsulares pela vida local. Então, à medida que a independência se aproximava, as atitudes dos dois lados mudaram. Os movimentos nascentes de independência, inevitavelmente dominados por maioria crioula, precisavam de um bode expiatório e de um inimigo bem à mão, e a isso os peninsulares se ajustavam perfeitamente. Os peninsulares começaram a sentir-se mais isolados e inseguros e, em consequência, desenvolveram uma considerável coesão de grupo, algo que, de forma notável, estivera ausente na maior parte do período colonial. Os golpes peninsulares que mencionamos anteriormente são exemplos de vigorosa ação de grupo. As guerras internacionais constantes do período pré-independência e da independência propriamente dita podem ter contribuído para a alienação dos peninsulares quando desorganizaram as rotas transatlânticas de migração e comunicação. Principalmente nos anos posteriores a 1808, os peninsulares começaram a abandonar sua identificação normal com o novo país, repatriando muito capital e esperando voltar à Espanha em vez de se estabelecer permanentemente nas Índias Ocidentais. Em alguns lugares a guerra provocou ataques de multidões à vida e à propriedade de peninsulares, execuções sumárias e, finalmente, decretos de expulsão por alguns dos novos governos. Desta forma, uma linha de apoio foi praticamente eliminada da sociedade colonial e um de seus componentes básicos drasticamente reduzido em tamanho e importância. Mas mesmo depois da independência muitos peninsulares permaneceram e a imigração de novos espanhóis nunca cessou completamente em algumas regiões, sem falar da imigração européia não-ibérica que a substituiu e quase sempre adotou padrões já familiares, desde a atividade mercantil como ocupação predileta dos imigrantes até o costume de trazer da pátria os sobrinhos para se casarem com filhas de cidadãos locais importantes, que às vezes eram compatriotas e sócios nos negócios.

A CONTINUIDADE PÓS-INDEPENDÊNCIA

Em geral, o grau de continuidade na América Latina antes e depois da independência, nos setores social, econômico e cultural, é óbvio e esmagador. Não só cidades, propriedades rurais, grupos étnicos e regiões mantiveram suas características mais antigas como boa parte da mudança que ocorreu seguiu tendências de mudança já existentes ou repetiu processos há muito conhecidos. Por exemplo, na região de León, no Bajío mexicano, as últimas tendências coloniais de elevação do valor da terra e fragmentação incipiente das propriedades rurais prosseguiram inalteradas nas décadas após a independência. No capítulo 9 vimos como, na região do Prata, em Buenos Aires, com base na grande e nova riqueza econômica, começara a crescer e consolidar-se no período colonial final, um processo que continuou no início do período nacional, quando famílias de mercadores adquiriram e desenvolveram terras e reproduziram o padrão já conhecido em Lima e na Cidade do México desde o século XVI: um grupo, intimamente interligado pelo casamento, ocupando posição destacada na vida urbana política e econômica e, ao mesmo tempo, dominando boa parte do campo por meio de grandes propriedades rurais bem organizadas e voltadas para o comércio. Finalmente, no terceiro quarto do século XVI, Buenos Aires chegou a atrair para sua órbita vilas e regiões vizinhas, formando uma única rede, como aquelas centradas nas antigas capitais de vice-reinos de séculos anteriores.

A evolução geral da sociedade continuou segundo as mesmas linhas de antes. No México e provavelmente em outras áreas, o vagaroso aumento do papel da mão-de-obra permanente em relação à temporária continuou como antes, com a mão-de-obra temporária ainda muito predominante até o final do século XIX, quando, com o aumento do mercado, do lucro, do investimento e da mecanização, a balança finalmente virou. Em geral, os governos recém-independentes aboliram, aos olhos da lei, as distinções étnicas, uma medida muitas vezes criticada como superficial ou hipócrita. Com certeza isso não tornou todos os cidadãos iguais ou idênticos, mas respondeu ao fato de que o sistema classificatório do período colonial final se tornara irreal e impraticável, e, assim, foi uma tentativa de ajustar-se à realidade da evolução social. Se o regime espanhol tivesse sobrevivido, provavelmente teria feito a mesma coisa mais ou menos na mesma época.

Poderíamos nos estender bastante detalhando as tendências que continuaram. Mas houve também algumas quebras importantes de continuidade, principalmente na política. Até a independência, a legitimidade, a soberania e a

jurisdição baseavam-se, em última instância, num monarca instalado do outro lado do mar, invulnerável a ataques mas também distante demais para impor-se com vigor na América, de modo que a continuidade global e o movimento livre de pessoas e organizações através de todo o vasto complexo ficaram garantidos e, ao mesmo tempo, os interesses locais e as variações regionais podiam se manifestar. Este sistema entrou em colapso, o que causou à América Latina muitos problemas para criar unidades viáveis e definir a autoridade legítima. Na América espanhola, o conceito de entidade política ótima variava de grandes federações projetadas, como a Grande Colômbia de Bolívar, ou seja, Venezuela, Colômbia e Equador, até seu oposto, a atomização até o nível municipal, como realmente ocorreu na região do Prata durante a primeira metade do século XIX; um dos maiores problemas da política do início do século XIX foi decidir como as unidades deveriam ser reunidas (ou seja, centralismo versus federalismo). Mesmo aqui a continuidade é freqüente. O "federalismo", ou impulso para a autonomia regional, era a mesma força que aflorara no período colonial final com a criação das intendências; quase sempre os estados que desejavam o autogoverno tinham as mesmas fronteiras das intendências coloniais (cuja maior parte correspondia a antigos bispados, como já observamos). No final, nem a unificação geral nem a total fragmentação venceram; as unidades funcionais eficazes no período colonial, quase sempre distritos de Audiências, determinaram as fronteiras da grande maioria dos estados independentes. A situação mais antiga assim se reafirmou, muito alterada, é verdade, pelas soberanias separadas dentro de cada unidade em vez de uma única soberania comum sediada no estrangeiro.

A América espanhola abandonou primeiro o domínio da Espanha, depois o do monarca espanhol e por fim o de qualquer monarca. Vários líderes importantes da independência eram favoráveis ao governo monárquico, se possível com príncipes da linhagem Bourbon, mas não havia pretendentes dinásticos disponíveis e a monarquia sem um monarca da dinastia estabelecida mostrou-se efêmera, como demonstra o caso mexicano. A falta de monarcas, juntamente com a aversão natural à Espanha e a tudo o que fosse espanhol, e a admiração correspondente pela França e pelos Estados Unidos, logo levou a América espanhola para o republicanismo, uma forma de governo nada fácil de adaptar a suas necessidades, hábitos e variedade étnico-social. Nem os setores autônomos da igreja nem as corporações índias ainda semi-isoladas conseguiram sobreviver inalterados na nova situação; mas devemos lembrar que eles já estavam sofrendo vários tipos de ataque e mudanças rápidas no período colonial final. A for-

mação simultânea de entidades soberanas viáveis e de novas formas de governo era, por si só, suficiente para provocar um período de instabilidade, mesmo que não existissem outros fatores, como a destruição deixada pelas guerras e os problemas da transição para o trato direto com os europeus do norte, agora total e francamente predominantes na economia transatlântica. Muitos aspectos da vida pós-independência eram bastante normais, mas só depois de passada mais de uma geração é que a maior parte da América espanhola começou a ter uma estabilidade política convencional.

A América portuguesa percorreu uma rota bem diferente, conservando um monarca da dinastia tradicional durante a maior parte do século XIX e mantendo definitivamente sua unidade territorial e jurídica. Um príncipe da linhagem real, que faltava na América espanhola, estava disponível e já vivia no Brasil. O resultado foi um longo período de estabilidade, com mudanças lentas e graduais nas leis e nas instituições. O fato de ter um monarca de legitimidade incontestável ajudou o Brasil a preservar sua unidade, mas também havia muitos outros fatores. Embora imenso, o Brasil era menor, menos povoado e muito mais compacto que a extensa América espanhola. A maioria de seus habitantes vivia perto da costa, e eles podiam de se comunicar prontamente uns com os outros, e os antigos vínculos marítimos entre colônia e metrópole não haviam permitido a proliferação de centros relativamente autônomos, como aconteceu na América espanhola. Havia fortes sentimentos regionais no Brasil, mas só na década de 1830, quando a legitimidade do monarca se reduziu durante um período de regência, o regionalismo gerou lutas civis sangrentas, semelhantes às da América espanhola. No fim das contas, a América portuguesa poderia ser comparada a um grande segmento da América espanhola. Embora a seqüência e a cronologia dos acontecimentos nas Américas portuguesa e espanhola apresentem divergências marcantes, há pouco motivo para se pensar que as diferenças em seu desenvolvimento político no período nacional inicial se devam a propensões intrínsecas de espanhóis e portugueses.

Nas duas esferas da Ibero-América os fatos e as tendências do "período colonial" continuaram a repercutir durante todo o século XIX e ainda o fazem hoje, fato que, em nossa opinião, não é necessariamente negativo. Em vez de "colonial", parece-nos que os primeiros trezentos anos da existência da América Latina como configuração mista de índios e não-índios podem merecer o título de "período formativo", formativo das nações posteriores. Como os ibéricos ocuparam tão cedo uma proporção tão grande da área, a população indígena era tão numerosa e organizada e o tempo que se passou era tão substancial, o

período colonial ibero-americano impõe-se naturalmente sobre o período nacional de forma muito mais maciça do que seu equivalente na América do Norte. De qualquer modo, no nível mais profundo há apenas dois períodos na história do Hemisfério Ocidental, pré-conquista e pós-conquista, e, em muitos aspectos, o período decorrido desde a chegada dos europeus forma um todo contínuo e ininterrupto.